

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Secretaria de Defesa Agropecuária
Departamento de Inspeção de Produto de Origem Animal

RELATÓRIO DE GESTÃO

DIPOA 2016



Sumário

1 Identificação	4
2 Principais Resultados	4
2.1 Regulamentação relativa à inspeção de produtos de origem animal	12
2.1.1 Normas elaboradas sob coordenação do DIPOA em 2016	12
2.1.2 Consultas Públicas realizadas	13
2.1.3 Instruções Normativas em andamento	14
2.1.4 Propostas para melhoria do processo de regulamentação do departamento	14
2.1.5 Regulamentação Internacionais – Principais Temas	15
2.2 Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal	15
2.2.1 O SISBIPOA na nova estrutura do DIPOA	15
2.2.2 Auditorias realizadas	16
2.2.3 Reuniões, Treinamentos e Palestras Realizadas.....	16
2.2.4 Equivalências reconhecidas	16
2.2.5 Cadastro de estabelecimentos	16
3 Resultados das atividades desenvolvidas pelas áreas técnicas do DIPOA	19
3.1 Análise de registro de estabelecimentos	19
3.2 Análises de registro de produtos	20
3.3 Análises de projetos de construção, reforma e ampliação de estabelecimentos	21
3.4 Análises de recursos administrativos em segunda instância	21
3.5 Ministério Público, Polícia Federal, Polícia Civil e AGU	22
3.6 Processos e pleitos avaliados pelas áreas técnicas	22
3.7 Demandas do Serviço de Informação ao Cidadão – SIC	22
3.8 Demandas da Ouvidoria	22
3.9 Emissão de Certificados e Guias de Trânsito	23
3.10 Habilitações de estabelecimentos nacionais e estrangeiros	26
3.11 Missões sanitárias oficiais estrangeiras e brasileiras	26
3.12 Equivalências internacionais reconhecidas	26
3.13 Fiscalizações, Supervisões e Auditorias realizadas	28
4 Controles físico-químicos e microbiológicos de produtos de origem animal	31
4.1 Programas de Controle de Produtos de Origem Animal	31
4.1.1 Escherichia coli verotoxigênica em carne bovina in natura	31
4.1.2 Salmonella spp. em carcaças suínas	32
4.1.3 Listeria monocytogenes em produtos de origem animal prontos para consumo	32
4.1.4 Parâmetros físico-químicos e microbiológicos de produtos de origem animal	32
4.2 Operações de combate à fraude	33
4.2.1 Quantificação de lactose em produtos lácteos para dietas com restrição à lactose	33
4.2.2 Fraude por substituição de espécies de pescado	33
4.2.3 Adição de conservantes em manteiga, doce de leite e queijo ralado	34
4.3 Programa Nacional de Resíduos e Contaminantes – PNCRC	34
4.4 Anuário dos Programas de Controle de Alimentos de Origem Animal do DIPOA	35
4.5 Notificações Internacionais	36
5 Capacitações e Treinamentos	37
5.1 Eventos de capacitação e treinamento promovidos pelo DIPOA	37
5.2 Participação do DIPOA em outros eventos	38
5.2.1 Apresentação de palestras	39
5.3 Plano Anual de Educação Continuada (PAEC-2016)	39

Índice de Figuras, Gráficos, Tabelas, Mapas e Quadros

Figura 01 – Organograma do DIPOA - Portaria nº 99, de 12 de maio de 2016	4
Mapa 01 – Situação atual de adesão dos estados ao SISBIPOA	17
Mapa 02 – Distribuição dos estabelecimentos indicados por Estado	18
Gráfico 01 – Número de estabelecimentos indicados por Estado	18
Tabela 01 – Número de estabelecimentos registrados no SIF por Estado	19
Mapa 03 – Distribuição dos estabelecimentos registrados no SIF por Estado	20
Gráfico 02 – Índice de aprovação de rótulos	21
Gráfico 03 – Número de rótulos aprovados por tipo de produto	21
Gráfico 04 – Atendimento às demandas de Ouvidoria	22
Gráfico 05 – Órgão responsável pelas respostas às demandas de Ouvidoria	23
Mapa 04 – Emissão de Certificado Sanitário Nacional por Estado	24
Mapa 05 – Emissão de Guia de Trânsito por Estado	25
Mapa 06 – Emissão de Certificado Sanitário Internacional por Estado	26
Tabela 02 – Missões estrangeiras de países importadores recebidas pelo DIPOA e número de estabelecimentos visitados	27
Mapa 07 – Missões estrangeiras de países importadores recebidas pelo DIPOA	27
Tabela 03 – Missões enviadas pelo DIPOA a países estrangeiros exportadores e número de estabelecimentos visitados	27
Mapa 08 – Missões enviadas pelo DIPOA a países estrangeiros exportadores	28
Mapa 09 – Número de supervisões realizadas por Estado	29
Mapa 10 – Número de fiscalizações realizadas por Estado	30
Gráfico 06 – Resultado das auditorias realizadas por Estado	31
Figura 02 - Anuário dos Programas de Controle de Alimentos de Origem Animal do DIPOA 2016	36
Tabela 04 – Treinamentos de servidores realizados pelo DIPOA	37
Tabela 05 – Treinamentos de servidores realizados por outras instituições	38
Quadro 01 – Palestras recebidas e ministradas por servidores do DIPOA	39
Quadro 02 – Plano Anual de Educação Continuada – PAEC 2016	40

1. Identificação

Este Relatório consolida as informações resultantes das atividades desenvolvidas pelas áreas técnicas do Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal – DIPOA, Serviços de Inspeção de Produtos de Origem Animal (SIPOA), Serviços de Inspeção e Saúde Animal (SISA) e Serviços de Saúde, Inspeção e Fiscalização Animal (SIFISA), no período compreendido entre janeiro e dezembro de 2016.

2. Principais Resultados

No ano de 2016, o DIPOA teve sua estrutura organizacional alterada pela Portaria nº 99, de 12 de maio de 2016, priorizando os processos de trabalho do Departamento, como: auditorias, registros e fiscalização. Com esse novo modelo organizacional (fig. 01), espera-se ter mais uniformidade nos procedimentos e critérios utilizados pelo DIPOA.

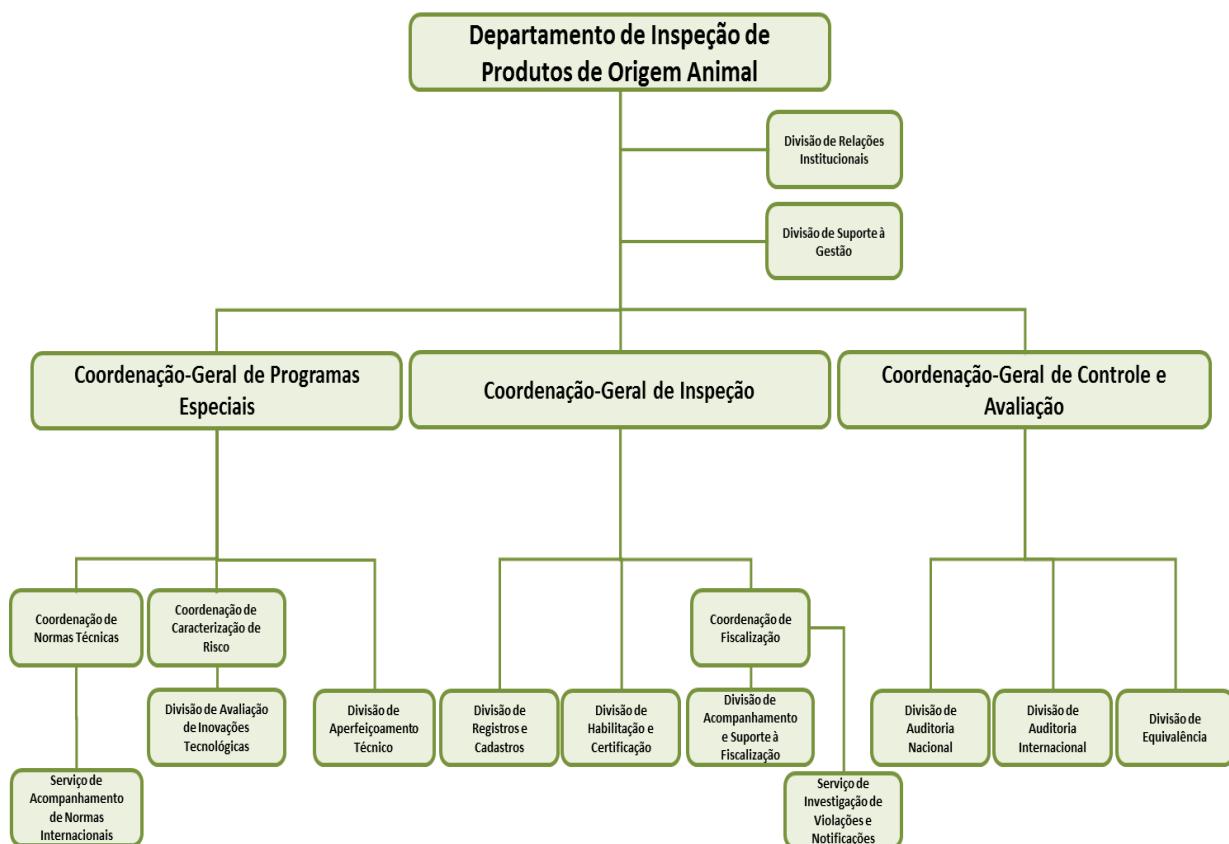


Figura 01

DIPOA – Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal

O DIPOA elabora as diretrizes governamentais para a inspeção e a fiscalização de produtos de origem animal, além de coordenar, acompanhar e avaliar a execução dessas atividades.

O Departamento, diretamente ou por meio das unidades descentralizadas do MAPA e órgãos ou entidades municipais, estaduais ou do Distrito Federal vinculados ao Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária, coordena, monitora e avalia a realização de auditorias relativas à inspeção de produtos de origem animal em estabelecimentos agropecuários, pesqueiros e aquícolas, locais de fronteira, portos marítimos e fluviais, aeroportos internacionais e estações aduaneiras especiais.

O DIPOA participa de negociações nacionais e internacionais e é responsável por implementar compromissos institucionais na sua área de competência em articulação com as demais unidades da Secretaria de Defesa Agropecuária e órgãos do MAPA.

As ações de controle de resíduos e contaminantes são apoiadas e subsidiadas pelo Departamento.

DRIN/DIPOA – Divisão de Relações Institucionais

A DRIN assessorá o DIPOA na elaboração de diretrizes para a inspeção e fiscalização de produtos de origem animal em articulação com os diversos setores do MAPA e outros órgãos. Essa articulação se estende a organismos nacionais e internacionais para a celebração e acompanhamento de convênios, parcerias, acordos, programas e projetos de cooperação técnica.

A Divisão também acompanha e supervisiona a participação do DIPOA em grupos de trabalho, câmaras técnicas e setoriais, comitês e comissões.

Esta Divisão possui também um importante papel na relação do DIPOA com os Estados, DF e Municípios, pois é a área responsável por orientá-los quanto às diretrizes do Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal - SISBI-POA, e por acompanhar as suas demandas no Departamento.

A comunicação do DIPOA com o público externo também passa pela DRIN, que acompanha o atendimento das demandas encaminhadas às áreas técnicas do

Departamento pelo Serviço de Informação ao Cidadão – SIC, Sistema de Ouvidoria e outros canais de comunicação do MAPA.

O atendimento dos apontamentos e recomendações de auditorias de órgãos de controle interno e externo também são acompanhados por esta Divisão.

DSG/DIPOA – Divisão de Suporte à Gestão

A coordenação, a atualização, o desenvolvimento e o controle da utilização dos sistemas eletrônicos do DIPOA fazem parte das atividades da DSG. Entre eles estão incluídos o Sistema de Informações Gerenciais do Serviço de Inspeção Federal – SIGSIF, outros que estejam em desenvolvimento no DIPOA e os demais que possuem interface com o Departamento.

Por gerenciar os sistemas eletrônicos do Departamento, está entre as atribuições da DSG a emissão de relatórios gerenciais com dados de interesse da inspeção e fiscalização de produtos de origem animal, considerando as demandas das unidades administrativas do DIPOA.

O Plano Plurianual - PPA, o Planejamento Estratégico da SDA, a Programação Orçamentária Anual - POA, e os indicadores de desempenho do DIPOA são acompanhados e executados pela DSG, que também é a responsável pelo repasse de recursos às unidades descentralizadas e pela programação e execução orçamentária do Departamento.

A DSG ainda propõe e subsidia auditorias nas unidades descentralizadas dentro da sua área de competência.

SAO/DSG/DIPOA – Seção de Apoio Operacional

A SAO está ligada à DSG e executa atividades de apoio operacional e administrativo, inclusive as relacionadas ao Sistema de Concessão de Diárias e Passagens – SCDP, além de auxiliar nas atividades da DSG.

CGPE/DIPOA – Coordenação Geral de Programas Especiais

A CGPE gerencia o desenvolvimento de programas, projetos e atividades de inspeção e fiscalização relacionadas à normatização, caracterização de risco, inovações

tecnológicas, aperfeiçoamento técnico e divulgação de material técnico-educativo, por meio das suas áreas técnicas (CNT, SEAN, CRISC, DITEC e DAT).

Convênios, termos de parceria e de cooperação com órgãos e entidades públicos e instituições privadas para a troca de informações, atividades de pesquisa, produção de conhecimento técnico-científico e racionalização de atividades na área de inspeção e fiscalização também são analisados e propostos pela CGPE.

A CGPE ainda coordena, juntamente com as demais Coordenações-Gerais do Departamento, a representação do DIPOA em fóruns e outros eventos nacionais e internacionais.

CNT/CGPE – Coordenação de Normas Técnicas

A CNT é responsável pela atualização, harmonização e convergência dos atos normativos relativos à inspeção e fiscalização de produtos de origem animal. É também a área que coordena a elaboração de propostas de atos normativos no DIPOA.

Os procedimentos para internalização de normas acordadas pelo MAPA também integram as atividades da CNT, além da proposição e execução de ações de boas práticas regulatórias no Departamento.

SEAN/CNT/CGPE – Serviço de Acompanhamento de Normas Internacionais

O SEAN acompanha a participação do DIPOA e propõe a indicação de seus representantes no Codex Alimentarius, no MERCOSUL e nos demais fóruns internacionais de normatização e diretrizes técnicas.

Este Serviço elabora, sob a coordenação da CNT, as respostas às notificações internacionais de propostas de normatização, e subsidia a Coordenação quanto às normas internacionais em temas afetos ao DIPOA.

CRISC/CGPE – Coordenação de Caracterização de Risco

A caracterização de risco é responsabilidade da CRISC. Por isso, além de identificar fraudes e perigos associados aos produtos de origem animal e o risco à saúde humana, esta Coordenação realiza o levantamento e a consolidação de dados de produção, dados epidemiológicos e dados dos controles de produtos de origem animal. Também planeja

e coordena os estudos científicos para subsidiar o gerenciamento de risco e a elaboração de atos normativos.

Para a caracterização de risco, a CRISC ainda elabora planos amostrais, propõe metodologias de análises laboratoriais e realiza a avaliação estatística dos programas de controle de produtos de origem animal.

A CRISC é responsável pelo desenvolvimento e gerenciamento dos programas de controle de patógenos, de avaliação de conformidade de produtos de origem animal, e das ações de combate à fraude econômica nesses produtos. O Programa Nacional de Controle de Resíduos e Contaminantes - PNCRC é acompanhado e avaliado pela CRISC, assim como os resultados obtidos da Rede Brasileira de Laboratórios de Qualidade do Leite – RBQL, que permitem o gerenciamento das ações voltadas à qualidade do leite cru.

As atividades das Comissões Consultivas do DIPOA são acompanhadas e avaliadas por esta Coordenação.

DITEC/CRISC/CGPE – Divisão de Avaliação de Inovações Tecnológicas

Nesta Divisão são avaliadas, sob coordenação da CRISC, as inovações tecnológicas propostas pelo setor privado inerentes à produção e obtenção de produtos de origem animal. Essa avaliação é subsidiada por estudos científicos propostos pela DITEC, que também identifica e propõe atividades às Comissões Consultivas do DIPOA.

DAT/CGPE – Divisão de Aperfeiçoamento Técnico

A DAT é responsável pelo levantamento e avaliação das necessidades de aperfeiçoamento técnico dos servidores do DIPOA e das unidades descentralizadas. Além de propor temas para o Plano Anual de Educação Continuada – PAEC, esta Divisão acompanha a execução das atividades nele previstas.

A organização e a seleção de servidores para participarem de eventos nacionais e internacionais de capacitação e aperfeiçoamento promovidos pela ENAGRO-SE/MAPA ou por outras instituições, é tarefa da DAT, assim como a elaboração e divulgação de material técnico-educativo relativo à inspeção e fiscalização de produtos de origem animal.

CGI/DIPOA – Coordenação Geral de Inspeção

A CGI gerencia programas, projetos e atividades relacionados à inspeção de produtos de origem animal, ao registro e cadastro de estabelecimentos e produtos, à certificação de produtos e habilitação de estabelecimentos à exportação ou importação, e à investigação de violações e notificações de desvios nesses produtos.

CFISC/CGI – Coordenação de Fiscalização e Inspeção

A CFISC estabelece, padroniza e supervisiona os procedimentos de supervisão, fiscalização e inspeção de produtos de origem animal, orientando e acompanhando sua execução pelas unidades descentralizadas.

Procedimentos administrativos de apuração de infração à legislação e relatoria de processos em segunda instância também são coordenados pela CFISC.

A CFISC coordena ainda as ações fiscais e administrativas junto às unidades descentralizadas decorrentes dos resultados dos programas de controle de patógenos e de avaliação de conformidade de produtos de origem animal, de combate à fraude econômica e do Programa Nacional de Controle de Resíduos e Contaminantes.

Por acompanhar essas ações, a CFISC pode identificar as necessidades de atualização e propor ou subsidiar eventuais alterações nos programas de controle, juntamente com as áreas responsáveis pelo desenvolvimento e acompanhamento de cada programa.

Esta Coordenação também propõe demandas técnicas às Comissões Consultivas do DIPOA e estudos científicos para subsidiar o gerenciamento de risco e a elaboração de atos normativos relativos à inspeção e fiscalização de produtos de origem animal.

DASF/CFISC/CGI – Divisão de Acompanhamento e Suporte à Fiscalização

A DASF acompanha e avalia a execução dos procedimentos relativos às atividades de inspeção e fiscalização de produtos de origem animal e orienta a execução dessas atividades pelas unidades descentralizadas.

É a área do DIPOA responsável pela relatoria de processos administrativos em segunda instância.

A DASF propõe e subsidia auditorias nas unidades descentralizadas dentro da sua área de atuação.

SEIV/CFISC/CGI – Serviço de Investigação de Violações e Notificações

O SEIV avalia tanto as ações dos estabelecimentos quanto as ações fiscais decorrentes dos resultados dos programas de controle de patógenos e de avaliação de conformidade de produtos de origem animal, de combate à fraude econômica nesses produtos e do Programa Nacional de Controle de Resíduos e Contaminantes.

É este Serviço que comunica às unidades descentralizadas a ocorrência de violações e notificações nacionais e internacionais de desvios em produtos de origem animal.

As ações decorrentes dessas violações e notificações são acompanhadas e avaliadas pelo SEIV, que também elabora a proposta de comunicação dos resultados da investigação aos demandantes.

DREC/CGI – Divisão de Registros e Cadastros

A DREC é a área responsável pelo registro dos estabelecimentos nacionais e seus produtos, incluindo o cadastro no Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal - SISBI-POA. O registro de produtos de origem animal importados também é feito pela DREC, que ainda comunica as alterações cadastrais dos estabelecimentos exportadores às autoridades estrangeiras, quando necessário.

A DREC padroniza e harmoniza os procedimentos de registro, relacionamento e cadastro de estabelecimentos e produtos, propõe e subsidia auditorias nas unidades descentralizadas e realiza auditorias sobre a execução das atividades dentro da sua área de competência.

DHC/CGI – Divisão de Habilitação e Certificação

A habilitação de estabelecimentos nacionais à exportação, bem como de estabelecimentos estrangeiros que desejam exportar produtos de origem animal ao Brasil é de responsabilidade da DHC. As atualizações cadastrais dos estabelecimentos estrangeiros também são de responsabilidade da DHC/CGI.

É de responsabilidade desta Divisão manter as listas dos estabelecimentos nacionais e estrangeiros sempre atualizada para respaldar o recebimento de missões estrangeiras e o envio de missões aos diversos países.

Realiza da indicação de estabelecimentos nacionais por meio de análise de questionários acreditação aos diversos países que somente habilitam mediante esta ferramenta.

Além dos procedimentos de habilitação, esta Divisão também avalia e controla aqueles relativos à certificação sanitária dos produtos de origem animal.

A DHC publica os modelos de certificados sanitários para exportação e importação de produtos de origem animal, comunicando aos setores interessados do MAPA e às autoridades estrangeiras, mantendo os formulários de emissão de certificados sanitários nacionais, internacionais e guias de trânsito sempre atualizados

Esta Divisão também propõe e subsidia auditorias nas unidades descentralizadas dentro da sua área de atuação.

CGCOA/DIPOA – Coordenação Geral de Controle e Avaliação

Nesta Coordenação-Geral estão as atividades relacionadas a auditorias, tanto dos sistemas de inspeção de produtos de origem animal estrangeiros, quanto dos serviços de inspeção dos Estados, DF e Municípios; ao recebimento de missões estrangeiras e formulação de respostas às missões; à concessão de equivalência de sistemas internacionais de inspeção e nacionais relativos ao SISBI-POA; e à proposição de requisitos para a certificação sanitária internacional ou protocolos de acordos bi ou multilaterais.

DIAN/CGCOA – Divisão de Auditoria Nacional

A DIAN é responsável pelas auditorias técnico-administrativas para orientação, adesão ou avaliação de conformidade dos serviços de inspeção dos Estados, DF e Municípios em relação ao SISBI-POA. Também é a área que gerencia e executa as auditorias nas unidades descentralizadas e nos estabelecimentos registrados ou relacionados junto ao MAPA.

Os planos de ação elaborados em decorrência das auditorias nacionais realizadas também são acompanhados e avaliados pela DIAN.

DIAI/CGCOA – Divisão de Auditoria Internacional

Já as auditorias dos sistemas de inspeção de produtos de origem animal estrangeiros são gerenciadas pela DIAI, que também organiza o recebimento de missões estrangeiras.

A DIAI é a área responsável pela elaboração e consolidação das respostas do Brasil às recomendações e achados apontados nas missões estrangeiras, bem como pela consolidação e avaliação das respostas dos estabelecimentos auditados nessas missões.

DEQ/CGCOA – Divisão de Equivalência

A concessão de equivalência de sistemas de inspeção de produtos de origem animal estrangeiros ou de seus estabelecimentos, bem como dos sistemas nacionais com o SISBI-POA é atribuição da DEQ. Esta Divisão ainda avalia e responde os questionários de equivalência dos países importadores sobre o sistema brasileiro de inspeção.

A DEQ propõe e avalia os requisitos sanitários para a Certificação Sanitária Internacional ou protocolos de acordos bi ou multilaterais dos produtos de origem animal, no que se refere à saúde pública, além da divulgação das comunicações dos países importadores.

A DEQ também propõe e subsidia auditorias na sua área de competência.

2.1 Regulamentação relativa à inspeção de produtos de origem animal

Em razão da descentralização da elaboração das normas internas da Coordenação de Normas Técnicas-CNT para Coordenações Gerais, a CNT elaborou e apresentou aos coordenadores gerais do DIPOA um POP para elaboração e publicação de normas internas. Constam do POP: fluxograma, lista de requisitos, orientações necessárias e documentação mínima para instrução processual.

2.1.1 NORMAS ELABORADAS SOB COORDENAÇÃO DO DIPOA EM 2016

- Foram iniciadas em 2016 as discussões internas para alterar os artigos do Decreto nº 30.691/52 referentes ao registro de produtos de origem animal, foi realizada também reunião com as câmaras setoriais para discussão da proposta. Em fevereiro de 2016 foi publicado o Decreto nº 8.681, de 23 de

fevereiro de 2016, a alteração mais significativa foi que para os produtos já regulamentados a responsabilidade da conformidade passa a ser do estabelecimento, ou seja, o DIPOA deixa de fazer avaliação prévia e aprovação da rotulagem e do processo de fabricação de 100% destes produtos e passa a verificar o cumprimento da legislação por auditoria.

- DESPACHO DO SECRETÁRIO, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016, que submete à Consulta Pública o Projeto de Instrução Normativa que estabelece os procedimentos para submissão de proposta, avaliação, divulgação, validação e implementação de novas tecnologias na obtenção de produtos de origem.

- INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 16, DE 10 DE MAIO DE 2016, que altera a Instrução Normativa no 27, de 27 de agosto de 2008.

- PORTARIA Nº 155, DE 17 DE AGOSTO DE 2016 – que altera o Anexo da Portaria nº 711, de 1º de novembro de 1995.

- INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 18, DE 28 DE SETEMBRO de 2016, que revisou a INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 43/2011, em atendimento a auditoria realizada pela CGU (Relatório 201203781), retirando a permissão de adicionar fibra de colágeno em salame.

- INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 20, DE 21 DE OUTUBRO DE 2016, que estabelece competências para melhoria do desempenho, tanto do setor produtivo (abate e produção primária), quanto do setor oficial, no controle e monitoramento de salmonela nos estabelecimentos avícolas e de abate.

- PORTARIA Nº 126, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2016, que altera o Anexo da Portaria nº 183.

2.1.2 CONSULTAS PÚBLICAS PUBLICADAS

Com o objetivo de propiciar manifestação da sociedade em relação as regulamentações em elaboração pelo Departamento, além de formação de grupo de trabalho e reuniões técnicas com órgãos públicos e entidades privadas, conforme o caso, foram realizadas as seguintes consulta públicas:

2.1.2.1 Estabelecimento Agroindustrial de pequeno porte de produtos das abelhas e seus derivados. Por meio da Portaria nº 32, de 24 de fevereiro de 2016, que

recebeu contribuições de 15 entidades/pessoas físicas. A etapa de consulta pública já foi concluída.

2.1.2.2 Estabelecimento Agroindustrial de pequeno porte de ovos de galinha e ovos de codorna e seus derivados. Por meio da Portaria nº 33, de 24 de fevereiro de 2016, que recebeu contribuições de 9 entidades/pessoas físicas. A etapa de consulta pública já foi concluída.

2.1.2.3 Controle e monitoramento de salmonela nos estabelecimentos avícolas e de abate de aves. Por meio da Portaria nº 9, de 24 de fevereiro de 2016. A etapa de consulta pública já foi concluída. Norma concluída.

2.1.2.4 Registro de Produto de Origem Animal. Por meio da Portaria nº 44, de 20 de maio de 2016 e notificação na OMC, que recebeu contribuições de 26 entidades/pessoas físicas, incluindo três embaixadas. A etapa de consulta pública já foi concluída.

2.1.2.5 RTIQ de Peixe Congelado. Por meio da Portaria nº 136, de 15 de dezembro de 2016 e notificação na OMC. O prazo para receber as contribuições se encerra em 15 de fevereiro. Consulta pública em andamento.

2.1.3 INSTRUÇÕES NORMATIVAS EM ANDAMENTO

2.1.3.1 Estabelecimento Agroindustrial de pequeno porte de abate de aves. Já foram realizadas reuniões para iniciar elaboração de proposta. Aguardando manifestação do Departamento quanto a priorização.

2.1.3.2 Estabelecimento Agroindustrial de pequeno porte de pescado. Já foram realizadas reuniões para iniciar elaboração de proposta. Aguardando manifestação do Departamento quanto a priorização.

2.1.4 PROPOSTAS PARA MELHORIA DO PROCESSO DE REGULAMENTAÇÃO DO DEPARTAMENTO

- Atualizar base dados de legislação do DIPOA;
- Implantar ferramenta eletrônica para automação de consulta pública;
- Estabelecer agenda regulatória (na impossibilidade de agenda regulatória, sugerimos que o Departamento oficialize lista de temas que devem ser trabalhados no período 2017/2018);

- Realizar capacitação em elaboração de atos normativos e Método de análise e solução de problema para os técnicos do DIPOA envolvidos direta ou indiretamente no processo de regulamentação (a CNT já solicitou inclusão destas capacitações no PAEC);
- Acompanhar e fazer parte das iniciativas do executivo para melhoria do processo regulatório, a exemplo do órgão que será criado na casa Civil para coordenar e aprimorar a qualidade regulatória (que substituirá o PRO-REG).
- Aumentar o número de AFFA na equipe

2.1.5 REGULAMENTAÇÃO INTERNACIONAIS – PRINCIPAIS TEMAS

2.1.5.1 Mercosul

2.1.5.1.1 Participação de reunião internacional para revisão da GMC nº 26/03 Rotulagem de Alimentos Embalados, GMC nº 73/97 Aditivos em Carnes e Produtos Cárneos (expectativa de finalização em 2017) e GMC nº 82/93 RTIQ de leite em Pó (expectativa de finalização em 2017).

2.1.5.1.2 Participação de reuniões nacionais junto a SRI e MRE sobre Identidade geográfica, utilização do termo tipo, coerência e convergência regulatória.

2.1.5.2 *Codex Alimentarius*

2.1.5.2.1 Participação em reunião internacional do Comitê de Higiene de Alimentos para discutir E. coli (STEC) (fase inicial de discussão), histamina em pescado (fase final), revisão dos princípios do APPCC (fase inicial).

2.1.5.2.2 Participação em reuniões nacionais para discutir resistência microbiana (Comitê de Resíduos de Drogas Veterinárias em Alimentos), equivalência e certificação eletrônica (Comitê de Sistemas de Inspeção e Certificação de Importação e Exportação de Alimentos).

2.1.5.2.3 Participação no Seminário CCAB – INMETRO

2.2 Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal - SISBIPOA

2.2.1 O SISBIPOA NA NOVA ESTRUTURA DO DIPOA

Com a nova estrutura organizacional do DIPOA, o SISBIPOA também foi compartimentalizado por processo nas novas Divisões, mais especificamente na DRIN, DREC, DEQ e DIAN.

2.2.2 AUDITORIAS REALIZADAS

Em relação às atividades do SISBI-POA, foram realizadas 18 auditorias, sendo 2 para fins de reconhecimento de equivalência, 7 de acompanhamento (conformidade) e 9 de orientação (prévia).

2.2.3 REUNIÕES, TREINAMENTOS E PALESTRAS REALIZADAS

Não foram realizados treinamentos ou palestras sobre o SISBI no ano de 2016

2.2.4 EQUIVALÊNCIAS RECONHECIDAS

Nacional: Agência Estadual de Defesa Sanitária Animal e Vegetal – IAGRO / Mato Grosso do Sul (MS) (Processo 21026.000602/2011-18).

Um total de 9 estados, 14 municípios e 3 consórcios públicos municipais estavam aderidos ao SISBIPOA no final de 2016 (mapa 01).

2.2.5 SERVIÇOS ADERIDOS AO FINAL DE 2016

Estados: Bahia, Distrito Federal, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

Municípios: Alegrete/RS, Cascavel/PR, Chapecó/SC, Erechim/RS, Glorinha/RS, Ibiúna/SP, Itu/SP, Marau/RS, Miraguaí/RS, Rosário do Sul/RS, Santa Cruz do Sul/RS, Sant’ana do Livramento/RS, São Pedro do Butiá/RS e Uberlândia.

Consórcios: CIDEMA/SC, CODELAVE/MS e CONSAD/SC

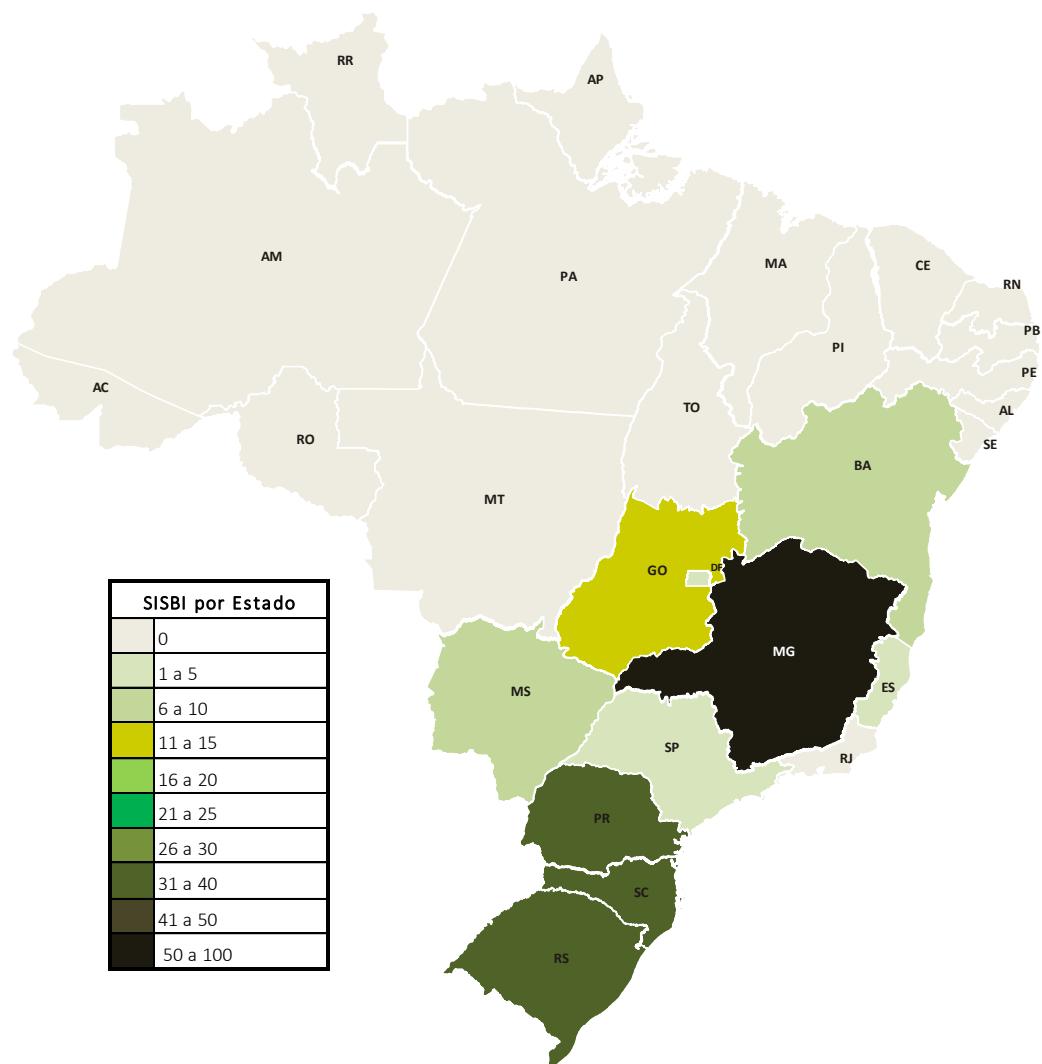
2.2.6 CADASTRO DE ESTABELECIMENTOS

Foram realizados 4 cadastros de estabelecimento no SISBIPOA, e 12 de produtos, no ano de 2016. Um total de 189 estabelecimentos, registrados em Serviços de Inspeção Estaduais e Municipais aderidos ao SISBIPOA, faziam parte do cadastro do Sistema (mapa 02 e gráfico 01). Minas Gerais foi o estado com mais estabelecimentos indicados com um total de 53.



Mapa 01

- Estados aderidos
- Estados em processo de adesão
- Estados que receberam auditoria de orientação, mas não iniciaram processo de adesão
- Estados que não demonstraram interesse em aderir
- Municípios aderidos
- Municípios aderidos do Consórcio CODEVALE
- Municípios aderidos do Consórcio CONSAD
- Municípios aderidos do Consórcio CIDEMA



Mapa 02



Gráfico 01

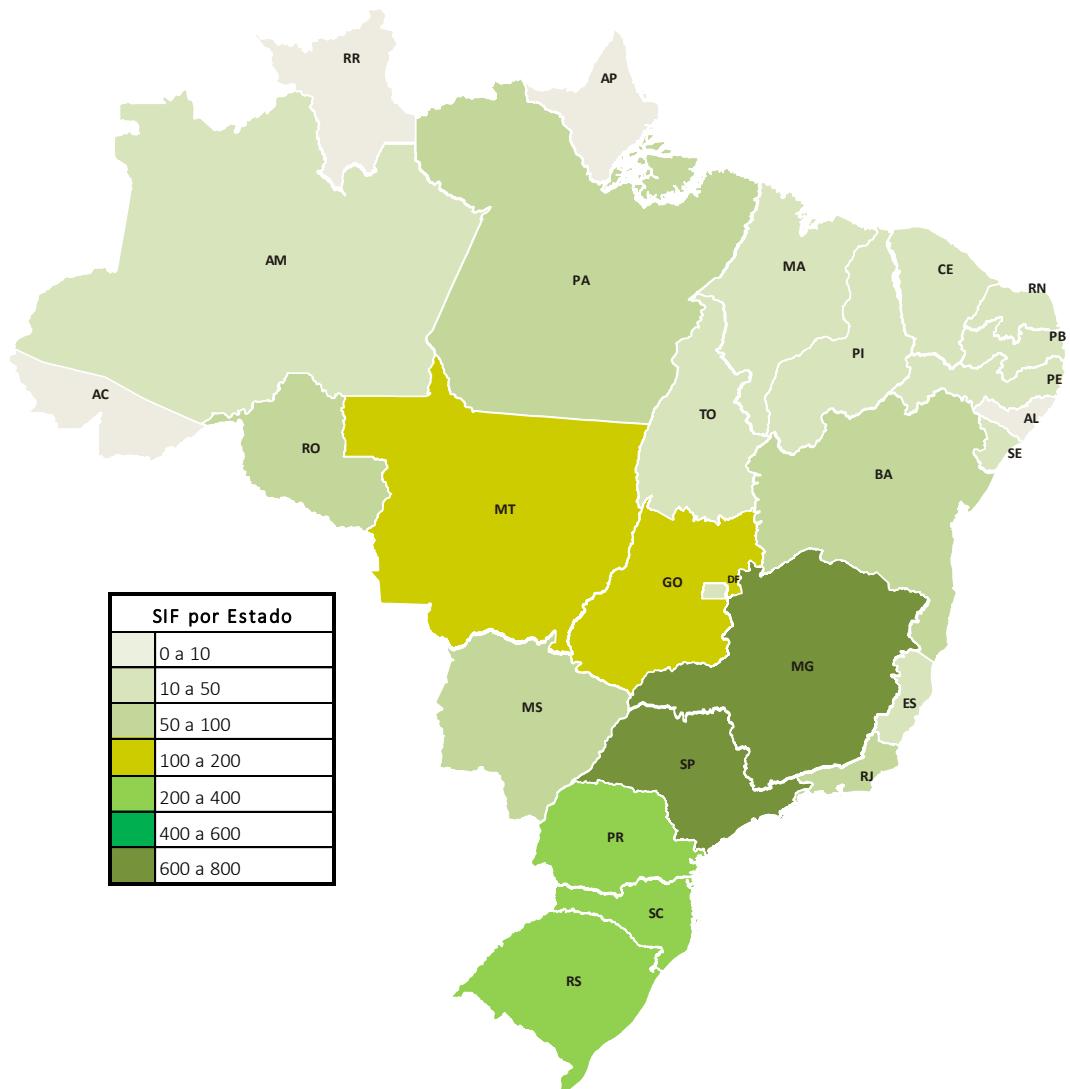
3. Resultados das atividades desenvolvidas pelas áreas técnicas do DIPOA

3.1 Análise de registro de estabelecimentos

Durante o ano de 2016, foram realizados 107 (cento e sete) registros de estabelecimentos junto ao SIF. No mesmo período, 144 (cento e quarenta e quatro) registros de estabelecimentos foram cancelados, de forma que ao final do ano havia 3340 estabelecimentos (tabela 01 e mapa 03)

Estado	Número de SIF
AC	5
AL	9
AM	12
AP	7
BA	69
CE	42
DF	19
ES	37
GO	177
MA	22
MG	735
MS	95
MT	123
PA	80
PB	18
PE	39
PI	16
PR	359
RJ	79
RN	27
RO	82
RR	2
RS	264
SC	291
SE	15
SP	669
TO	47
Total	3.340

Tabela 01



Mapa 03

3.2 Análise de registro de produtos

No ano de 2016 foram analisados 31.909 (trinta e um mil novecentos e nove) rótulos de estabelecimentos nacionais pela Divisão de Registro e Cadastro-DREC/CGI/DIPOA e pelos Serviços de Inspeção de Produtos de Origem Animal – SIPOA, Serviços de Inspeção e Saúde Animal – SISA e Serviços de Inspeção, Fiscalização e Saúde Animal – SIFISA, com percentual de aprovação de 85,00% (gráfico 02).

A maior quantidade de análises foi na área de carnes e produtos cárneos, com 19681, seguida pela área de leite e derivados, com 8880, pescado e derivados com 2303, ovos e derivados com 525 e mel e derivados com 520 (gráfico 03).

Foram ainda cancelados 1.744 (mil setecentos e quarenta e quatro) rótulos a pedido das empresas.

Foram registrados 1146 rótulos de produtos importados.



Gráfico 02



Gráfico 03

3.3 Análise de projetos de construção, reforma e ampliação de estabelecimentos

Foram emitidas 214 informações no SIGED e 83 no SEI referentes às análises de projetos de construção, reforma e ampliação de projetos.

3.4 Análises de recursos administrativos em segunda instância

Dados não disponíveis no ano de 2016.

3.5 Ministério Público, Polícia Federal, Polícia Civil e AGU

Dados não disponíveis no ano de 2016.

3.6 Processos e pleitos avaliados pelas áreas técnicas

Dados não disponíveis no ano de 2016.

3.7 Demandas do Serviço de Informação ao Cidadão – SIC

O Serviço de Informação ao Cidadão não informou os dados referentes a 2016.

3.8 Demandas da Ouvidoria recebidas pelo DIPOA, SIPOAs, SISAs e SIFISAs

Em 2016 o Serviço de Inspeção Federal recebeu 589 (quinhetas e oitenta e nove) demandas provenientes da Ouvidoria/MAPA, sendo que 499 (quatrocentas e noventa e nove) tiveram os procedimentos de apuração finalizados enquanto que 90 (noventa) demandas se encontravam em status de atendimento ao final do ano (gráfico. 04). No período avaliado por este relatório o DIPOA recebeu 448 (quatrocentos e quarenta e oito) demandas enquanto que os SIPOA, SISA e SIFISA receberam 141 (cento e quarenta e uma), conforme o gráfico 05.

Leite e derivados continuou sendo o assunto com o maior número de questionamentos, com 37,52% das demandas.



Gráfico 04

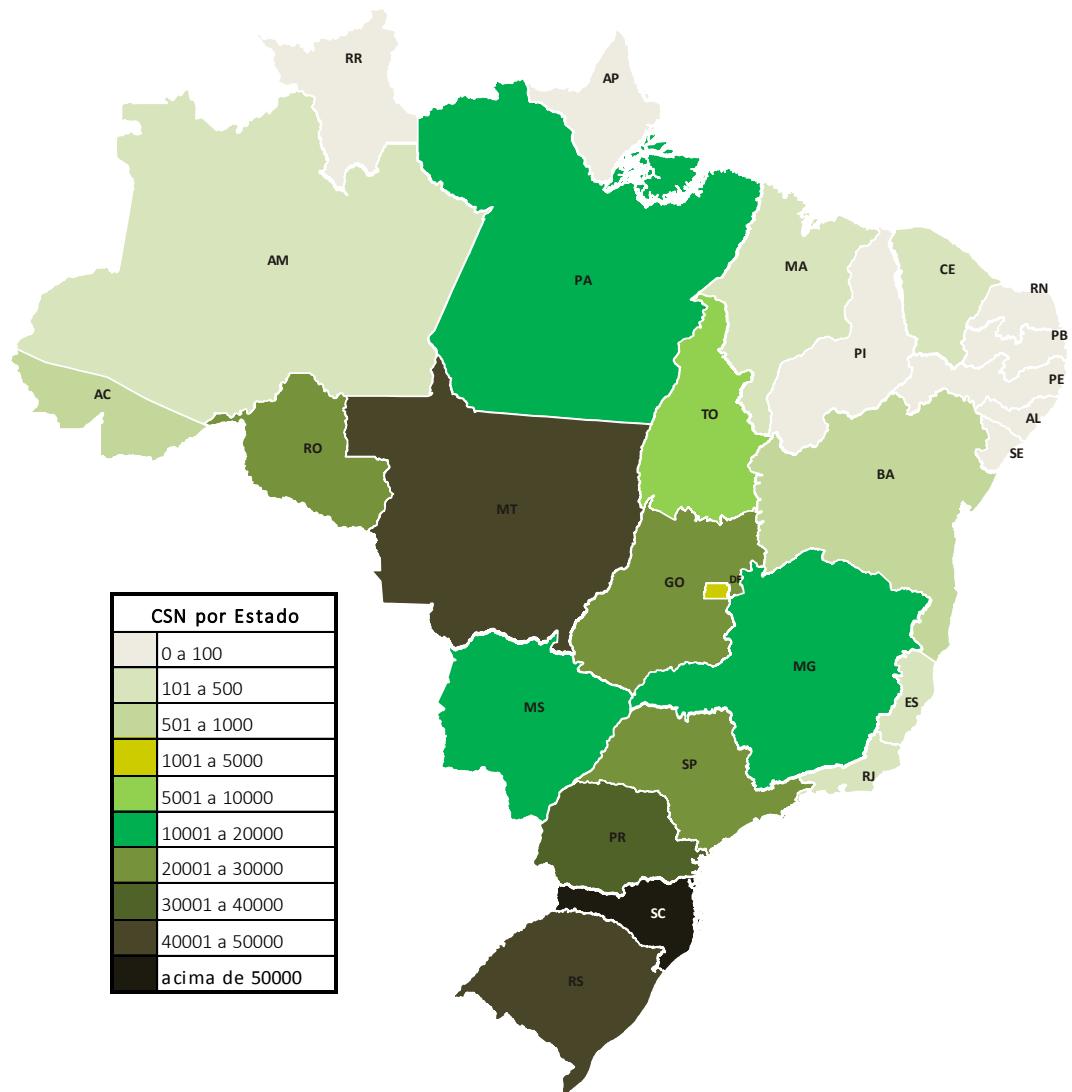


Gráfico 05

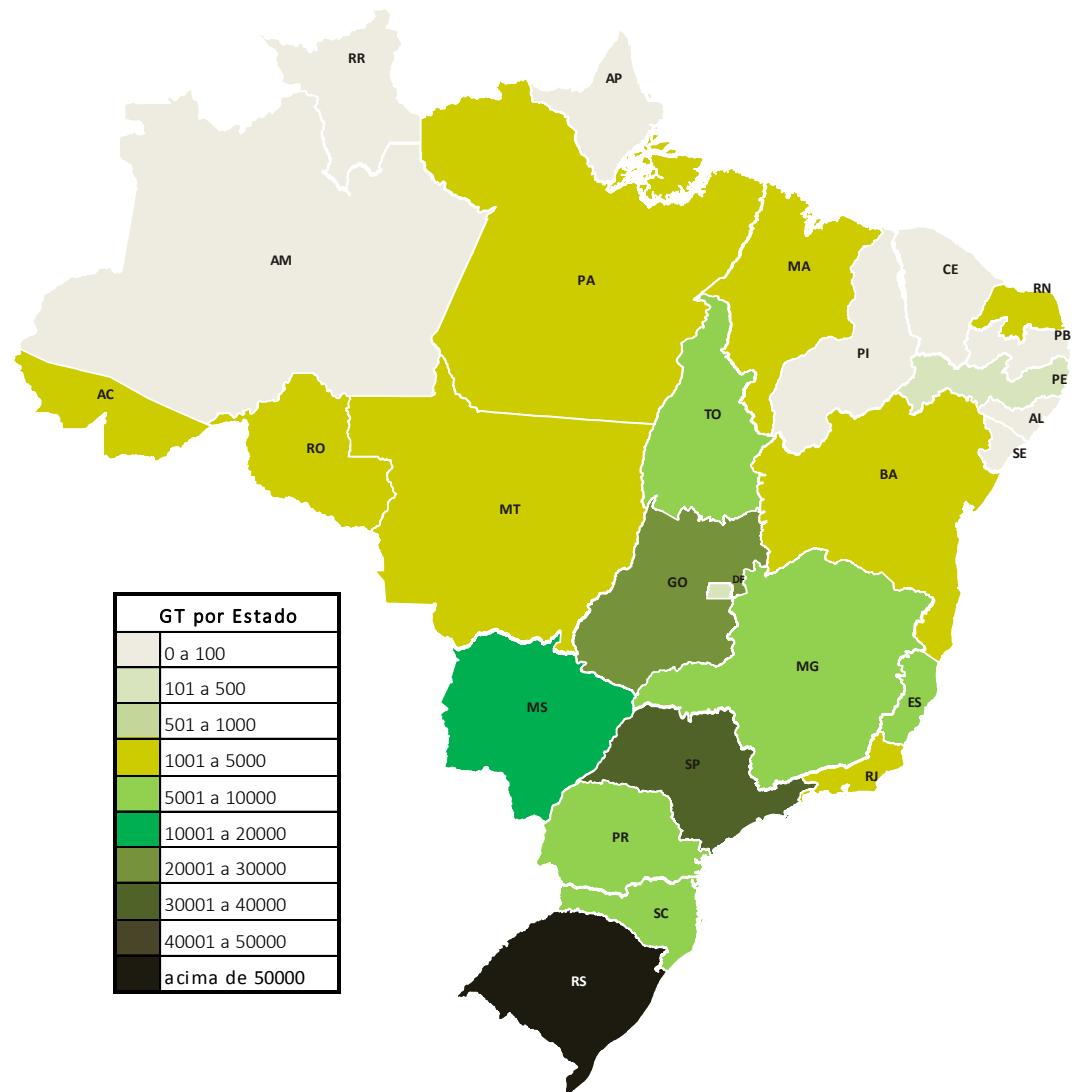
3.9 Emissão de Certificados e Guias de Trânsito

De janeiro a dezembro de 2016, os Serviços de Inspeção Federal emitiram 298.886 (duzentos e noventa e oito mil, oitocentos e oitenta e seis) Certificados Sanitários Nacionais – CSN e 184.201 (cento e oitenta e quatro mil, duzentas e uma) Guias de Trânsito – GT, para o acompanhamento de cargas de produtos de origem animal em território nacional, conforme os mapas 04 e 05. No mesmo período, foram emitidos 289.708 (duzentos e oitenta e nove mil, setecentos e oito) Certificados Sanitários Internacionais – CSI, que acompanham os carregamentos de produtos de origem animal durante o trânsito internacional, conforme o mapa 06.

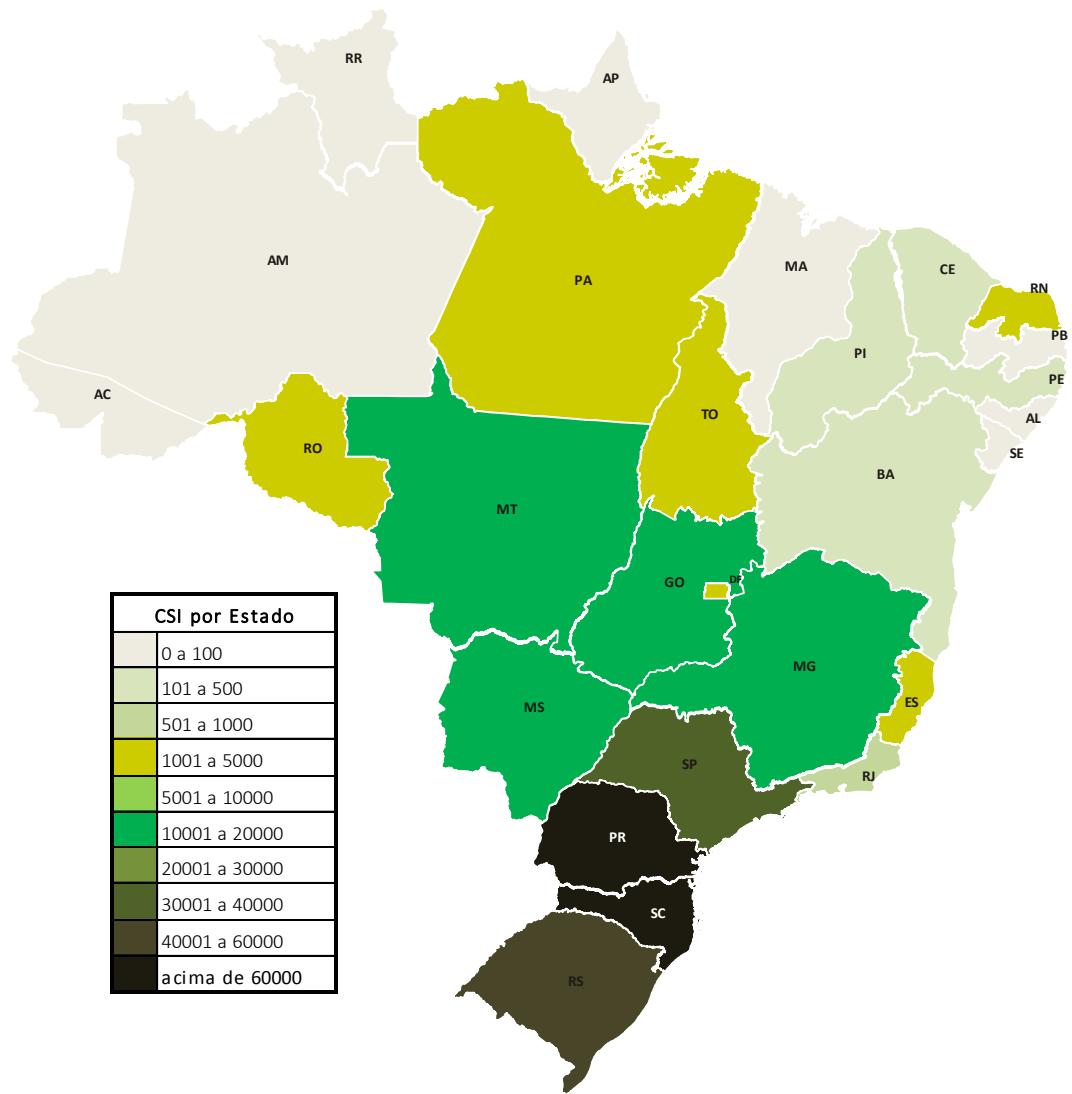
Foram negociados 74 certificados sanitários internacionais com 37 países diferentes, sendo 71 para exportação e 3 para importação de produtos de origem animal.



Mapa 04



Mapa 05



Mapa 06

3.10 Habilitações de estabelecimentos nacionais e estrangeiros

Dados não disponíveis no ano de 2016.

3.11 Missões sanitárias oficiais estrangeiras e brasileiras

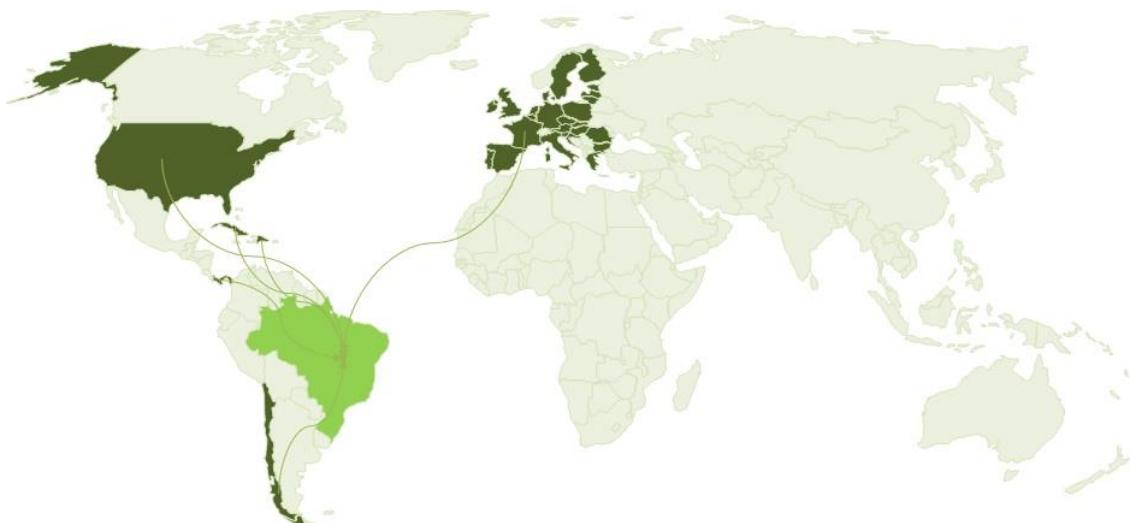
Em 2016 foram recebidas pelo DIPOA 19 missões oficiais estrangeiras de países que importam produtos de origem animal do Brasil e enviadas 4 missões oficiais brasileiras a países que exportam produtos para o Brasil, conforme as tabelas 02 e 03 e mapas 07 e 08 respectivamente.

3.12 Equivalências reconhecidas

- EUA – carne bovina in natura (Ofício nº 32/2016/DIPOA – MAPA - SEI nº 0745566). Obs: Abertura de mercado bilateral.
- UEEA – pescado (Ofício FR Nº 201/2016/GAB/SDA/MAPA - SEI nº 0889067) – somente habilitação de estabelecimentos.

Missões Recebidas			
País/Bloco Econômico	Produto	Nº Missões	Nº Estabelecimentos
Chile	carne bovina	6	50
Chile	subprodutos	4	17
Cuba	carne suína e de aves	5	95
Estados Unidos	pescado	1	2
Panamá	termoprocessados	1	7
República Dominicana	carne suína e de aves	1	4
União Europeia	carne bovina	1	2
Total		19	177

Tabela 02



Mapa 07

Missões Enviadas			
País/Bloco Econômico	Produto	Nº Missões	Nº Estabelecimentos
Chile	carne suína	1	2
Chile	lácteos	1	3
China	pescado	1	12
Suécia	pescado	1	6
Total		4	23

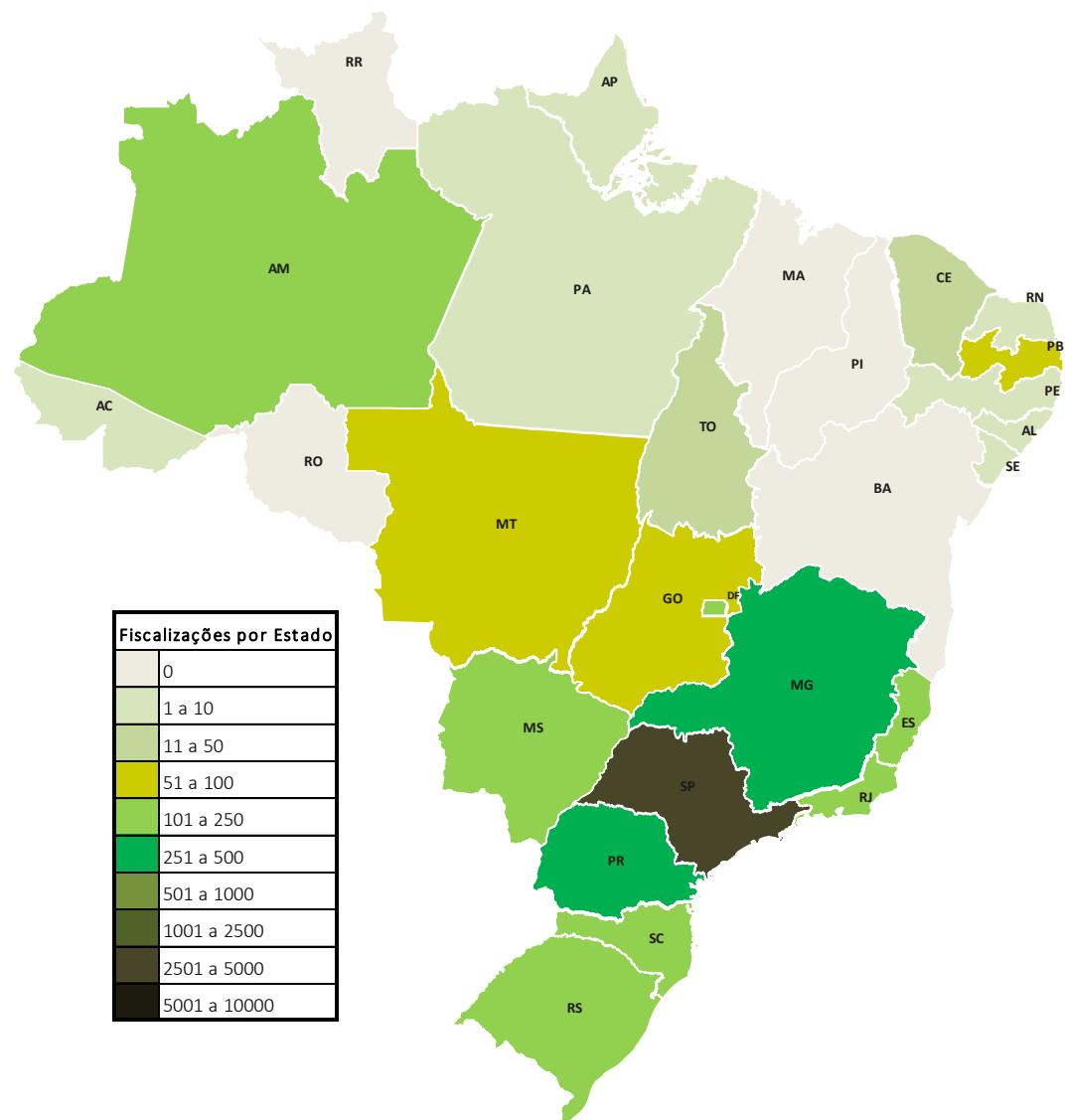
Tabela 03



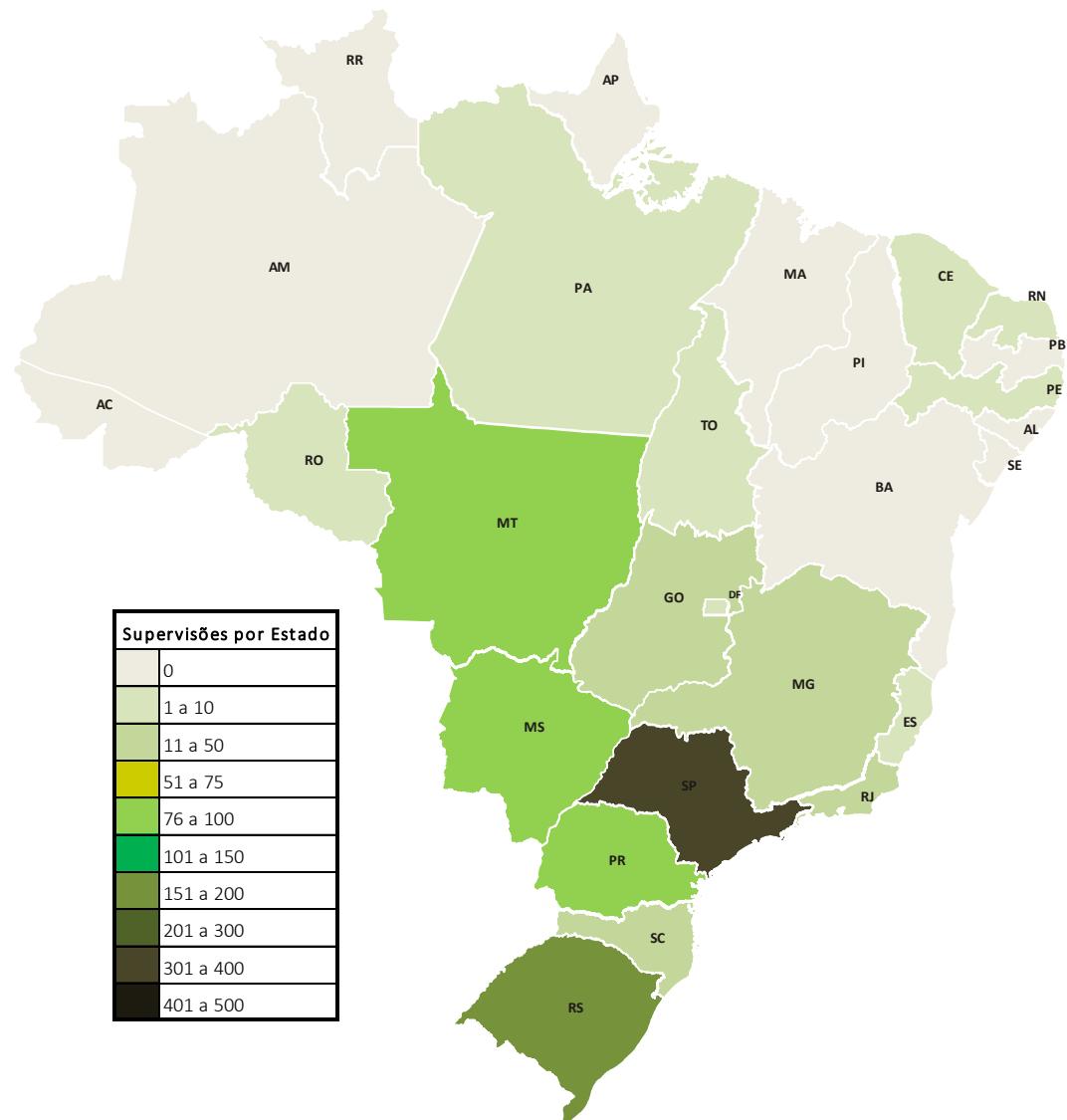
Mapa 08

3.13 Fiscalizações, Supervisões e Auditorias realizadas

No período de janeiro a dezembro de 2016, foram realizadas 13.674 (treze mil, seiscentas e setenta e quatro) fiscalizações (mapa 09) e 1.589 (mil quinhentos e oitenta e nove) supervisões (mapa 10) pelos SIPOA, SISA e SIFISA. As fiscalizações representaram 75,13% do quantitativo previsto corrigido para o mesmo período. Em relação às supervisões, foram realizadas 63,53% do total previsto corrigido.



Mapa 09



Mapa 10

No total foram realizadas 180 auditorias (gráfico 06), divididas nas áreas de abate e processamento de bovinos, suínos e aves e processamento de ovos, leite, mel e pescado.

Os estabelecimentos estavam distribuídos em 22 estados da Federação e no Distrito Federal. Não foram auditados os estados do AC, AP, MT, RR.

Foi feita uma avaliação a respeito do controle exercido pelos estabelecimentos sobre os processos de produção (Detém controle; Início de perda de controle; e Não detém controle)

O modelo do relatório utilizado foi o publicado por meio da Norma Interna DIPOA nº 03/2016, a partir das auditorias realizadas no mês de junho/2016.

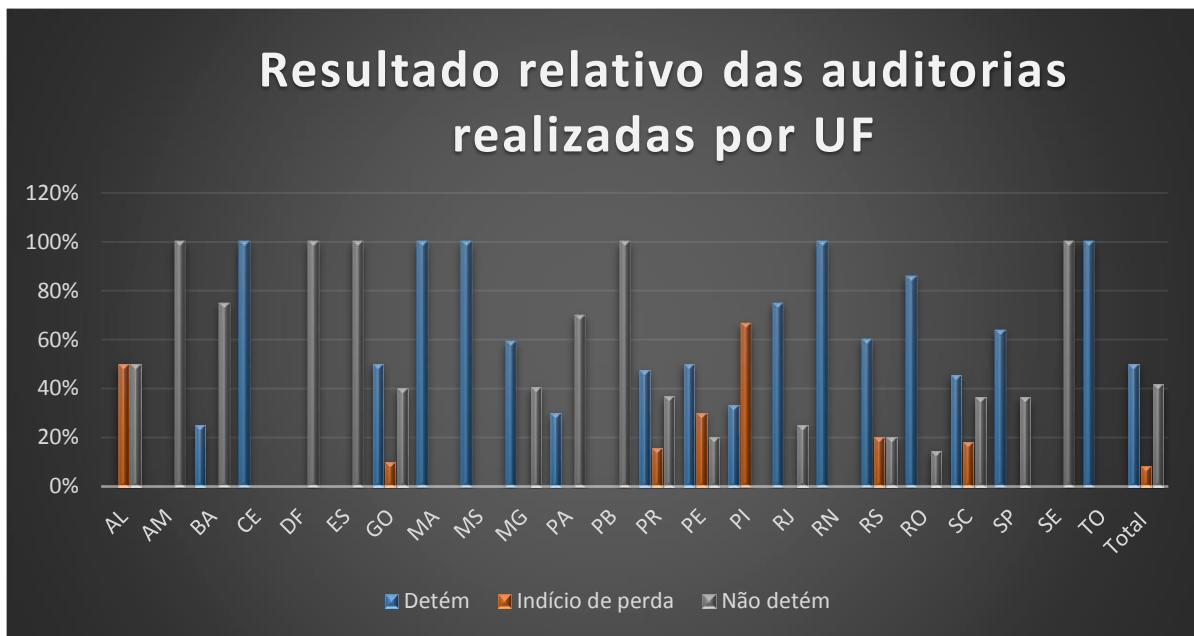


Gráfico 06

4 Controles Físico-químicos e Microbiológicos de Produtos de Origem Animal

4.1 Programas de controle de alimentos de origem animal

Em 2016, foram sorteadas um total de 12.912 amostras contemplando os seguintes programas oficiais:

- Programa de Avaliação de Conformidade de Padrões Físico-químicos e Microbiológicos de Produtos de Origem Animal Comestíveis (PACPOA)
- Programa de *Escherichia coli* verotoxigênica e *Salmonella* spp. em carne bovina *in natura*
- Programa de controle de *Listeria monocytogenes* em produtos de origem animal prontos para o consumo.

4.1.1 *Escherichia coli* verotoxigênica em carne bovina *in natura*

Em de 2016 deu-se continuidade ao levantamento de prevalência de Escherichia coli verotoxigênica em carne bovina in natura utilizada na formulação de produtos cárneos, cominutados, prontos para serem cozidos, fritos ou assados, instituído em 2013 pela Norma Interna DIPOA/SDA nº 02/2013. Nesta etapa do programa foram sorteadas 1.209 (mil duzentas e nove) amostras para a análise de E. coli O157:H7, com a inclusão das análises dos seis sorogrupos relevantes de E.coli produtora de shiga toxina O26, O45, O103, O111, O121 e O145, e análise de Salmonella spp.

O cronograma de coleta de amostras para o programa de E.coli verotoxigênica e Salmonella spp. em carne bovina in natura foi divulgado pelo Memorando nº 107/2016/CRISC-CGPE/CGPE/DIPOA/SDA/GM/MAPA..

4.1.2 *Salmonella* spp. em carcaças suínas

O encerramento do programa exploratório para pesquisa de *Salmonella* spp. em carcaça suína ocorreu em outubro de 2015, conforme informado no Memorando 173/2015/CGPE/DIPOA.

Informamos que este programa exploratório irá subsidiar a elaboração de um Programa de Controle microbiológico em carcaças suínas, e que em 2016 ocorreram duas reuniões com o grupo de trabalho que está elaborando a Instrução Normativa.

4.1.3 *Listeria monocytogenes* em produtos de origem animal prontos para consumo

Iniciou-se em 2016 o 5º ciclo do programa de *Listeria monocytogenes* em produtos de origem animal prontos para consumo em atendimento à Instrução Normativa nº 09/2009, sendo sorteadas 1.909 (mil novecentas e nove) amostras.

As grades de sorteios para fins de elaboração de cronograma de coleta de amostras para o programa de controle de *Listeria monocytogenes* em produtos prontos para consumo foram divulgadas pelo Memorando nº 468/2015/CGPE/DIPOA.

4.1.4 Parâmetros físico-químicos e microbiológicos de produtos de origem animal

Em atendimento à Norma Interna SDA nº 04/2013, foram sorteadas em 2016 um total de 9.794 (nove mil, setecentas e noventa e quatro) amostras de produtos de origem animal comestíveis para a avaliação da conformidade, sendo 5.155 (cinco mil, cento e cinquenta e cinco) para parâmetros físico-químicos e 4.639 (quatro mil, seiscentas e trinta e nove) para parâmetros microbiológicos, incluindo aqueles que permitem a verificação de indícios de fraude em leite pasteurizado, UHT e em pó, cortes e carcaças de frango e em pescado congelado.

As grades de sorteios para fins de elaboração de cronograma de coleta de amostras para o programa de avaliação de conformidade foram divulgadas por meio do Memorando nº 469/2015/CGPE/DIPOA.

Orientações sobre coleta de amostra de produtos comercialmente estéreis foram divulgadas no Memorando nº 222/2015/CGPE/DIPOA.

4.2 Operações de combate à fraude

4.2.1 Quantificação de lactose em produtos lácteos para dietas com restrição à lactose

Entre 24 de agosto e 9 de setembro de 2016 foi realizada operação para avaliar o teor de lactose em produtos lácteos para dietas com restrição de lactose, com a finalidade de verificar o cumprimento da legislação e a segurança do consumo destes produtos pela população intolerante à lactose.

Foram realizadas 107 análises de 13 diferentes produtos lácteos fabricados por 31 estabelecimentos industriais registrados no SIF. Todas as amostras analisadas apresentaram-se dentro do limite estabelecido pela Portaria MS/SVS nº 29, de 13 de janeiro de 1998.

4.2.2 Fraude por substituição de espécies de pescado

No ano de 2016 foram realizadas duas operações com coleta de amostras de produtos da pesca e aquicultura nacionais sob Inspeção Federal e importados.

A primeira ação (Operação I) ocorreu em 16 de fevereiro de 2016, período anterior ao feriado da Semana Santa, e envolveu a coleta de produtos no mercado varejista em 08 Unidades Federativas (Ceará, Distrito Federal, Pará, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, e São Paulo), com índice de conformidade de 84,56%. Já a segunda ação (Operação II) ocorreu em 19 de julho de 2016 em 04 Unidades Federativas (Ceará, Rio de Janeiro, Santa Catarina e São Paulo), apresentando índice de conformidade de 82,50%.

4.2.3 Adição de conservantes em manteiga, doce de leite e queijo ralado

Outra ação para a detecção de desvios e fraudes em produtos de origem animal realizada em 2016, foi a pesquisa de adição ácido sórbico/sorbitos e ácido benzóico/benzoatos nos produtos manteiga, doce de leite e queijo ralado.

As coletas de amostras foram realizadas no mercado varejista no período de 07 a 11 de novembro de 2016, incluindo produtos de estabelecimentos nacionais e estrangeiros.

Ao todo foram coletadas 147 amostras. O percentual de conformidade observado nos produtos nacionais foi de 67% (76/113) e 89% (08/09) nos produtos importados.

Evidencia-se a importância do monitoramento dos produtos sob Inspeção Federal e produtos importados no mercado varejista, visando coibir o uso intencional de substâncias não permitidas ou de níveis não permitidos destes conservantes nos produtos.

4.3 Programa Nacional de Resíduos e Contaminantes – PNCRC

Em 2016 foram analisadas 367 diferentes substâncias no âmbito do PNCRC para produtos de origem animal. Na execução do PNCRC 2016 observou-se que o nível geral de violação dos limites de referência das categorias animais monitoradas foi de 0,39%

(59/14.977). As mais altas frequências de violação por espécie foram constatadas para ivermectina em bovinos, lasalocida em aves de corte, dihidroestreptomicina e doxiciclina em suínos (desconsiderados os achados de boldenona), ivermectina em leite, dioxinas em ovos, arsênio em peixe de captura e doramectina em equinos.

Durante o acompanhamento da execução do PNCRC 2016, a CGPE/DIPOA realizou gestões no Sistema de Controle de Resíduos e Contaminantes – SISRES, resultando em 4.784 inclusões e 5.649 exclusões de estabelecimentos sorteados para realizar coleta de amostras, além de atualizar as informações relativas ao porte do estabelecimento.

4.4 Anuário dos Programas de Controle de Alimentos de Origem Animal do DIPOA

Os resultados do programa nacional de conformidade de produtos de origem animal, programa nacional de controle de patógenos e Programa Nacional de Controle de Resíduos e Contaminantes - PNCRC são avaliados pela CRISC/CGPE e periodicamente publicados no Anuário dos Programas de Controle de Alimentos de Origem Animal do DIPOA, são divulgado na página eletrônica do MAPA.

O Anuário dos Programas de Controle de Alimentos de Origem Animal do DIPOA 2016, com a divulgação dos dados de 2015 está disponível em:

[http://www.agricultura.gov.br/assuntos/inspecao/produtos-animal/publicacoes-dipoa.](http://www.agricultura.gov.br/assuntos/inspecao/produtos-animal/publicacoes-dipoa)

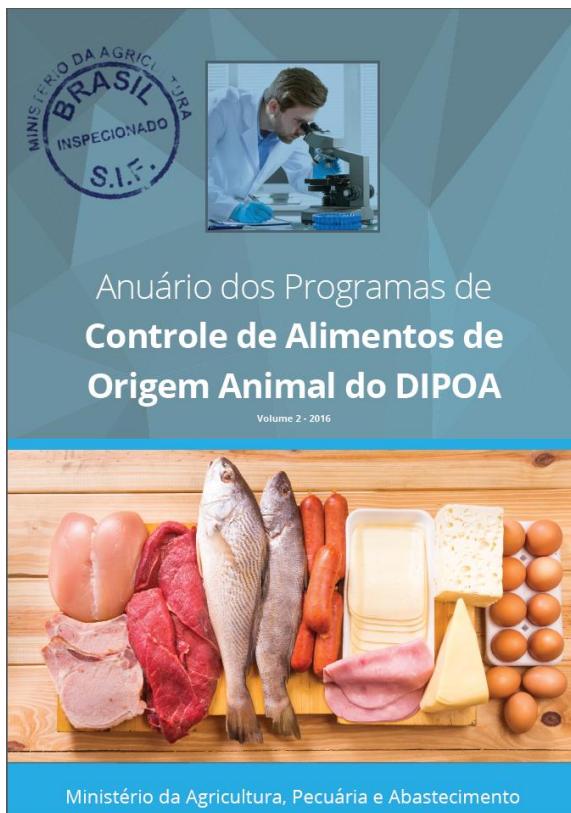


Figura 02

Os resultados do ano de 2016 serão divulgados no Anuário dos Programas de Controle de Alimentos de Origem Animal do DIPOA, volume 3, ano 2017, que está em fase de elaboração.

Foi também finalizado, junto à CGAL/SDA/MAPA, o Manual de Procedimentos para Laboratórios referentes às áreas de microbiologia e físico-química de produtos de origem animal, proporcionando harmonização dos procedimentos adotados tanto pelo SIF quanto pelos laboratórios que integram a rede oficial. O Manual está disponível em:

http://www.agricultura.gov.br/assuntos/laboratorios/arquivos-publicacoes-laboratorio/manual-finalizado-com-foto-dipoa-cgal-14_09_16.pdf/view.

4.5 Notificações Internacionais

Todos os resultados de análises fiscais decorrentes da execução de programas oficiais de controle de produtos de origem animal, ações específicas de combate à

fraude, bem como os casos de comunicados internacionais de violações geram procedimentos de fiscalização previstos em legislação que implicam em atuações dos estabelecimentos implicados e adoção de medidas cautelares.

5 Capacitações e Treinamentos

5.1 Eventos de capacitação e treinamento promovidos pelo DIPOA

O DIPOA organizou em 2016 quatro eventos de capacitação e treinamento dos servidores da área de inspeção de produtos de origem animal, com um total de 115 (cento e quinze) participantes (tabela 04)

Tema	Descrição	Participantes
Treinamento em serviço	Inspeção oficial em entrepostos de mel	2
Treinamento em serviço	Inspeção oficial em abatedouros de bovinos com ênfase nos “Requisitos para exportação de carne bovina in natura para mercado europeu”	22
Treinamento em serviço	Inspeção oficial em abatedouros de suíños	2
Treinamento em serviço	Inspeção oficial em abatedouros de bovinos	2
Treinamento em serviço	Inspeção oficial em laticínios	2
Treinamento em serviço	Inspeção oficial em estabelecimento processador de aves habilitado ao mercado internacional	2
Treinamento online sobre coleta de amostras para pesquisa de <i>Escherichia coli</i> verotoxigênica e <i>Salmonella</i> spp.	Coleta de amostras para a pesquisa de <i>E.coli</i> verotoxigênica e <i>Salmonella Spp.</i> em carne bovina <i>in natura</i> .	83
TOTAL		115

Tabela 04

5.2 Participação do DIPOA em outros eventos

Integrantes da equipe técnica do DIPOA participaram de seis eventos de capacitação e treinamento promovidos por outras instituições (tabela 05).

Tema	Instituição Organizadora	Participantes
FSIS Food Safety Equivalence and Inspection Seminar / Programa de Amizade Cochran	Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA)	6
Workshop em Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle - APPCC - instrutor John Miller da The HACCP Consulting Group, LLC	Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes – ABIEC	55
Reciclagem em <i>Trichinella spiralis</i>	Associação Brasileira de Proteína Animal - ABPA em parceria com a Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária da Universidade de Passo Fundo/RS	07
Better Training for Safer Food – Course on HACCP Principles and Audit Techniques	Euro Consultants / European Commission – Executive Agency for Health and Consumers	1
Better Training for Safer Food – Regional Workshop on Live bivalve molluscs	Euro Consultants / European Commission – Executive Agency for Health and Consumers	1
1ºSeminário Técnico Científico sobre Queijo Minas Artesanal	Superintendência de Interlocução e Agroindústria Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Minas Gerais	1
TOTAL		71

Tabela 05

5.2.1 Apresentação de palestras

A equipe técnica da CGPE/DIPOA apresentou/recebeu ainda as seguintes palestras, cursos e treinamentos constantes no quadro 01:

Tema	Data	Local	Palestrante/Participantes
"A utilização de nisina e formas de proteção contra <i>Listeria monocytogenes</i> em produtos cárneos prontos para consumo"	24/05/2016	DIPOA	Prof. Bernadette Franco – Centro de Pesquisas em Alimentos - ForC/USP Representantes empresa <i>Du Pont</i>
Compartilhando a experiência da implantação da qualidade no Lanagro/MG	24/06/2016	MAPA - Brasília	Roseane Brandão de Brito (LANAGRO/MG)
Monografia Pós em Gestão pública ENAP – Análise da participação social nas principais instituições públicas federais de controle de alimentos no Brasil: SDA, ANVISA, SENACON e INMETRO	29/07/2016	MAPA – Brasília	Alexander Magalhaes Goulart Dornelles (DIAN/CGCOA/DIPOA)
Rotulagem obrigatória dos principais alimentos que causam alergias alimentares - RDC nº 26/2015	19/08/2016	MAPA – Brasília	Rodrigo Martins Vargas (ANVISA)
Estilos de implementação e desempenho de políticas públicas: uma análise da atuação e dos resultados da inspeção do trabalho	30/09/2016	MAPA – Brasília	Roberto Rocha Pires (Pesquisador do IPEA e Prof. da ENAP)
Estratégias do SVO na fiscalização e alternativas tecnológicas para o abate humanitário em estabelecimentos de pequeno porte.	07/11/2016	ENAGRO	Virginia Bielsa Piñero / Adriani (DASF/DIPOA)
Curso de SISBI para os Fiscais Agropecuários Estaduais da Agência de Defesa Agropecuária do Estado de Roraima/ADERR	11 a 15/07/2016	Boa Vista/RO	Fernando Fagundes (DRIN/DIPOA)
Curso de SISBI para os Fiscais Agropecuários Estaduais da Agência de Defesa Agropecuária do Estado de Pernambuco/ADAGRO	19 a 23/09/2016	Pesqueira/PE	Fernando Fagundes (DRIN/DIPOA)
37ª Semana do Laticinista, organizada pelo Instituto de Laticínios Cândido Tostes, da Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais - EPAMIG	19 a 20/07/2016	Juiz de Fora / MG	Rugnan Huguenin da Silveira (DITEC/DIPOA)

Quadro 01

5.3 Plano Anual de Educação Continuada (PAEC-2017)

No ano de 2016 foram treinados 1518 servidores entre Fiscais Federais Agropecuários, Agente de Inspeção Sanitária e Industrial de Produtos de Origem Animal, Agentes Administrativos e Auxiliares de Inspeção. Todos os treinamentos foram oferecidos pelo DIPOA, com custo zero, dentro do projeto Defesa Agropecuária. O Relatório das Capacitações do PAEC 2016 segue no quadro 02.

Evento/Curso	Modalidade	Público Alvo	Carga Horária	Nº de Participantes
Formação de Auditores	Presencial	FFAs	70	60
Bem-estar animal e abate humanitário	Presencial	FFAs e AISIPOAs	32	60
Auditoria para reconhecimento de equivalência de Serviços Municipais e Estaduais	Presencial	FFAs e AISIPOAs	40	80
Auditoria dos Serviços de Inspeção nas Unidades Descentralizadas	Presencial	FFAs, AISIPOAs e Administrativos	40	12
Inspeção Sanitária e Industrial de POA	Presencial	FFAs e AISIPOAs	120	90
APPCC	Presencial	FFAs e AISIPOAs	40	120
Coleta de amostras, Avaliação de Controles físico-químicos e microbiológicos	Presencial	FFAs e AISIPOAs	40	60
Programa de Redução de Patógenos	Presencial	FFAs e AISIPOAs	80	120
Tipificação de Carcaças (Cota Hilton e outros)	Presencial	FFAs e AISIPOAs	32	60
Inspeção Sanitária e Tecnológica de Produtos Cárneos (crus e pasteurizados)	Presencial	FFAs e AISIPOAs	40	60
Inspeção Sanitária e Tecnológica de Produtos Cárneos (esterilizados)	Presencial	FFAs e AISIPOAs	40	60
Métodos e Instrumentos de Avaliação de Risco	Presencial	FFAs e AISIPOAs	70	60
Métodos e Instrumentos de Gestão de Risco	Presencial	FFAs e AISIPOAs	40	60
Métodos e Instrumentos de Comunicação de Risco	Presencial	FFAs e AISIPOAs	40	60
Inspeção de POA com base em Risco	Presencial	FFAs e AISIPOAs	70	60
Microbiologia Preditiva	Presencial	FFAs e AISIPOAs	30	40
Ações Fiscais, proporcionalidade, razoabilidade	Á distancia	FFAs e AISIPOAs	20	120
Procedimentos Administrativos, instrução e tramitação	Presencial	FFAs, AISIPOAs e Administrativos	40	120
Processos Administrativos, apuração, legislação sanitária de POA	Presencial	FFAs	40	120
Gestão no Serviço Público (pessoas, estrutura e problemas)	Á distancia	FFAs, AISIPOAs e Administrativos	30	240
Integração/Harmonização das atividades dos servidores da Fiscalização de POA	Á distancia	FFAs, AISIPOAs e Auxiliares	30	240
Análise de Projetos	Presencial	FFAs e AISIPOAs	40	80
Análise de Rotulagem/Produtos	Presencial	FFAs e AISIPOAs	40	80
Inspeção Sanitária e Industrial de POA	Presencial	FFAs	80	60
Atualização em requisitos para exportação de POA, certificação, normas e especificidades	Presencial	FFAs e AISIPOAs	40	80
Programas de Autocontrole	Á distancia	FFAs e AISIPOAs	80	120
Inspeção Sanitária e Tecnológica de Produtos Lácteos	Presencial	FFAs e AISIPOAs	40	60

Inspeção Sanitária e Tecnológica de Produtos de Pescados	Presencial	FFAs e AISIPOAs	40	60
Resíduos e Investigação de notificações	Presencial	FFAs e AISIPOAs	32	30
Bem-estar animal e abate humanitário	Presencial	FFAs e AISIPOAs	32	60
Formação de Supervisores	Presencial	FFAs	70	60
Auditória para reconhecimento de equivalência de Serviços Oficiais Estrangeiros	Presencial	FFAs e AISIPOAs	40	60

Quadro 02